

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.583 - PR (2019/0013872-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ALBERTO RODRIGUES ALVES - PR025317
ANA LÚCIA RODRIGUES LIMA - PR031090
SANDRA REGINA RODRIGUES E OUTRO(S) - PR027497
MARCELO HIRT DOS SANTOS - PR049014
AGRAVADO : IGREJA CRISTA MARANATA
ADVOGADOS : LEONARDO GONORING GONCALVES SIMON - ES018844
RODRIGO GOMES DOS ANJOS LIMA - ES020251

DECISÃO

Cuida-se de agravo, interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, a seu turno, com fundamento no art. 105, III, “a”, da CF/88, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 410/411, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. SITUAÇÃO FÁTICA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. RESILIÇÃO DO CONTRATO PELA PARTE AUTORA. COBRANÇA POSTERIOR POR SERVIÇOS NÃO UTILIZADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. RECURSO DE APELAÇÃO. JUROS DE MORA. PRETENSÃO DE FLUÊNCIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DA HIGIDEZ DOS DÉBITOS. FATURAS REFERENTES A PERÍODOS POSTERIORES À RESILIÇÃO CONTRATUAL. PARTE REQUERIDA QUE NÃO DEMONSTRA A EFETIVA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. DANOS MORAIS. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DA PESSOA JURÍDICA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTES DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. VALOR FIXADO EM R\$ 10.000,00 QUE NÃO DESTOA DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA CÂMARA CÍVEL EM SITUAÇÕES IDÊNTICAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. DESCABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 20, §30, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (fls. 42/449, e-STJ), a recorrente aponta violação aos artigos 884 e 944 do CC/2002. Sustenta, em síntese, que não praticou

qualquer ato ilícito; não se verifica, no caso, abalo à honra, personalidade ou imagem da recorrida; e o *quantum* estipulado para a compensação por danos morais é desproporcional.

Sem contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade (fls. 460/461, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial. Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito (fls. 464/475, e-STJ)

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. A insurgente sustenta ausência de ato ilícito e dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como que não foram comprovados os danos morais sofridos pela recorrida.

No particular, ao analisar a controvérsia, o Tribunal de origem assim decidiu:

Aduz a Apelante a ausência do dever de indenizar pois não praticou nenhuma conduta ilícita. Alega que houve a efetiva contratação dos serviços e que não restou comprovado qualquer abalo a honra objetiva da Apelada a ensejar a indenização pretendida.

Não lhe assiste razão.

O dano moral, em regra, é aquele que lesiona a esfera dos direitos da personalidade violando a intimidade, vida privada, honra e imagem da parte, estendendo-se à pessoa jurídica, nos termos da Súmula 227, do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

"A pessoa jurídica pode sofrer dano moral".

Deste modo, a responsabilidade pelo dever de indenizar decorre da conjugação de três requisitos, quais sejam: a prática de ato injusto, a ocorrência de um dano e uma relação de causalidade entre ambos. Sobre o tema, dispõem os artigos 186 e 927, do Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Havendo um ato que cause dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, é correta a compreensão pela necessidade de sua reparação.

No caso, a Apelante realizou a inscrição indevida do nome da Apelada nos serviços de proteção ao crédito, sendo que daí decorreu o dano moral, conforme faz prova os documentos de fls. 27/28.

Assim, ainda que a Apelante sustente que a inscrição promovida em desfavor da Autora seja regular, cabia a ela comprovar que as cobranças eram devidas, o que, orno visto, não foi cumprido.

A Apelante não juntou qualquer prova da regularidade da cobrança e da inscrição do nome da Apelada nos cadastros negativos.

Com efeito, diante da ausência de prova da regularidade da cobrança, mostra-se indevida a inscrição nos cadastros.

No caso presente, o dano moral por abalo de crédito opera-se *in re ipsa*, sendo suficiente que vítima comprove a realização da negativação indevida para se presumir o dano extrapatrimonial.

O e. Superior Tribunal de Justiça se posicionou no sentido de que a inscrição indevida do nome da pessoa jurídica nos cadastros de proteção ao crédito também se configura como dano moral presumido, senão,

confira-se:

[...]

Confirma-se, assim, o dever de indenizar reconhecido na r. sentença.

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto, analisando o acervo fático-probatório constante dos autos, constatou a ilicitude cometida pela recorrente, entendendo também pela configuração de danos morais.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal para verificar a ocorrência ou não do ato ilícito ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a lesão extrapatrimonial decorrente de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastro de inadimplentes se configura *in re ipsa*, prescindindo de prova.

Nesse sentido, citam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. 1. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. SÚMULA 568/STJ. 2. **DANOS MORAIS. CONSTATAÇÃO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. SÚMULA 83/STJ.** 3. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. NÃO DEMONSTRADA A ABUSIVIDADE NO VALOR FIXADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema." 2. **A lesão extrapatrimonial decorrente de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastro de inadimplentes se configura in re ipsa. Súmula 83/STJ.** 3. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de somente permitir a modificação dos valores fixados a título de indenização por danos morais se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, tendo em vista o óbice contido na Súmula 7/STJ, o que não se verifica na presente hipótese. 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.276.292/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26.06.18, DJe 29.06.18) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CHEQUE PRESCRITO. PROTESTO INDEVIDO. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. VALOR. 1. **Há dano moral in re ipsa nos casos de protesto indevido de título de crédito. Precedentes.** 2. Indenização fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção a partir da data do arbitramento e juros de mora desde o evento danoso. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 119.315/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12.06.2018, DJe 19.06.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. MEDIAÇÃO E CORRETAGEM. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA INDEVIDA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANO

MORAL CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. (...). 3. **A jurisprudência firmada neste Sodalício é no sentido de que o nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova.** 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.237.491/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08.05.18, DJe 15.05.18) [grifou-se]

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide, no ponto, o teor da Súmula 83 desta Corte, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

2. Outrossim, ressalta-se ser igualmente inviável a admissão do recurso no que tange à alegação de desproporcionalidade do montante arbitrado a título de indenização por danos extrapatrimoniais.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, em regra, é vedada a rediscussão de valores arbitrados pelas instâncias ordinárias a título de compensação por danos morais, haja vista a disposição estabelecida na Súmula 7/STJ.

Contudo, em situações excepcionais, em que a condenação é fixada em valores irrisórios ou exorbitantes, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, autoriza-se o afastamento de tal óbice, para a correção do valor estipulado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. TERMO FINAL DA MORA. DANOS MORAIS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

4. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o *quantum* arbitrado nas instâncias originárias se revelar manifestamente irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, torna-se incabível examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência do enunciado da Súmula 7/STJ.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 977.648/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSAS EM COLETIVO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. VALOR. RAZOABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO

IMPROVIDO.

(...)

2. O valor fixado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de indenização por dano moral, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, seguindo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não se enquadra nas hipóteses permissivas de revisão da referida indenização. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 809.951/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 07/03/2016)

Na hipótese em análise, todavia, entende-se que o estabelecimento de compensação por danos extrapatrimoniais no valor de R\$ 10.000,00 não é desproporcional.

Aliás, cuida-se de valor que, sem gerar o enriquecimento sem causa da parte prejudicada, revela-se apto a repreender a telefônica por seu temerário comportamento, e incentivar que medidas preventivas sejam adotadas para que tal ilícito não se repita – funções igualmente atribuídas por esta Corte à compensação por danos morais.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA VIOLAÇÃO AO ART. 131 DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. COMPROVAÇÃO DOS LUCROS CESSANTES. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. O valor da indenização por danos morais somente pode ser revisto, nesta Corte Superior, nas hipóteses em que o quantum fixado for exorbitante ou irrisório, o que não ocorre na presente hipótese, em que fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 808.263/MS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FRAUDE PRATICADA POR TERCEIROS COM DOCUMENTOS DA AUTORA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. RELAÇÃO EXTRA CONTRATUAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. EVENTO DANOSO. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. É possível a revisão do montante da indenização nas hipóteses em que o quantum fixado for exorbitante ou irrisório, o que, no entanto, não ocorreu no caso em exame. Isso, porque o valor da indenização por danos morais

em razão da inscrição indevida do nome da autora em cadastro de inadimplentes, arbitrado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não é desproporcional ou desarrazoado.

4. A jurisprudência das Turmas que integram a Segunda Seção deste Tribunal é uníssona no sentido de que "os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual", sejam os danos morais ou materiais (incidência da Súmula 54/STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 889.334/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 19/12/2016)

Nesses termos, não configurada a aludida desproporcionalidade da compensação fixada a título de dano moral, revela-se impossível o conhecimento do presente recurso especial. Tal pretensão demandaria, necessariamente, o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator